



**PBPC**  
ISSN 2674-9432



**Qualis A3**  
CAPES 2021-2024



DOI - Crossref

Latindex

Indexado no  
Google Acadêmico

## ***A Extensão Rural como Vetor do Desenvolvimento Endógeno: Perspectivas e Modelos para a Agricultura Familiar***

*Carlos Alberto da Rosa Maciel<sup>1</sup>; Jairo Alfredo Genz Bolter<sup>2</sup>; Jaqueline Mallmann Haas<sup>3</sup>*



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n2p192-210>

Artigo recebido em 2 de Fevereiro e publicado em 2 de Abril de 2026

### **ARTIGO ORIGINAL**

#### **RESUMO**

Este artigo analisa, sob uma perspectiva teórica, a contribuição da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) como elemento catalisador do desenvolvimento endógeno, com foco no fortalecimento das conexões locais e regionais da agricultura familiar. A discussão central perpassa os diferentes modelos de extensão rural e suas implicações para o fortalecimento das comunidades do campo. Estruturado a partir da Teoria do Desenvolvimento Endógeno, o estudo examina a atuação das entidades públicas oficiais de extensão rural nos estados. Metodologicamente, a investigação organiza-se em dois eixos fundamentais: a análise das concepções de desenvolvimento aplicadas aos estudos rurais e o exame das principais linhas de ação da extensão rural, confrontando seus respectivos paradigmas de desenvolvimento. Os resultados evidenciam que a extensão rural, por meio de suas metodologias de intervenção, possui um potencial transformador capaz de dinamizar os processos de desenvolvimento e autonomia das comunidades rurais.

**Palavras-chave:** Extensão Rural; Processos de Desenvolvimento; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Endógeno.

<sup>1</sup> Mestre em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/RS-Ascar, carlos.rosa.maciel@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jairobolter@ufrgs.br

<sup>3</sup> Doutora em Extensão Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, jaquelinehaas@ufrgs.br

## ***Rural Extension as a Driver of Endogenous Development: Perspectives and Models for Family Farming***

### **ABSTRACT**

This article theoretically analyzes the contribution of Rural Extension and Technical Assistance (RETA) as a catalyst for endogenous development, focusing on strengthening local and regional connections within family farming. The core discussion examines different rural extension models and their implications for the empowerment of rural communities. Structured around the Theory of Endogenous Development, the study investigates the role of official public extension agencies at the state level. Methodologically, the research is organized into two fundamental pillars: an analysis of development concepts applied to rural studies and an examination of the primary lines of action in rural extension, contrasting their respective development paradigms. The results demonstrate that rural extension, through its intervention methodologies, possesses a transformative potential capable of streamlining development processes and fostering autonomy within rural communities.

**Keywords:** Rural Extension; Development Processes; Family Farming; Endogenous Development.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).





## **1 INTRODUÇÃO**

O conjunto das principais teorias sobre desenvolvimento ganhou expressão a partir do pós-guerra, em 1945. A partir daí muitas relações políticas mudaram entre os países bem como o modo de ver e estimular os processos de desenvolvimento como um todo. Pode-se considerar que foi aí o início de um período de disputa entre algumas nações para reivindicar a sua visão e o seu modelo de desenvolvimento como o mais competente e com mais condições de ser replicado em relação aos demais.

Muitas dessas teorias debateram especificamente sobre o setor agropecuário, colocando este enquanto uma engrenagem indispensável para as economias dos países, principalmente aqueles que se voltavam a exportação de produtos relacionados ao setor primário. Na agricultura familiar o debate sobre modelos de desenvolvimento encontrou eco, ganhando uma importância significativa, construindo um campo de conhecimento voltado a este tema. No Brasil as discussões sobre desenvolvimento e mundo rural ganharam muita força durante os anos 1990, onde por sua vez foram realizadas diversas pesquisas e criados programas de pós-graduação voltados a esta temática.

Inserido no contexto dos estudos sobre mundo rural, o debate sobre extensão rural e desenvolvimento ganhou espaço no mundo acadêmico principalmente discutindo as ações voltadas a prática extensionista, muitas vezes vinculadas a agroecologia e agricultura orgânica. Neste sentido, no presente artigo será tratado sobre as principais contribuições ofertadas pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no sentido de potencializar ações voltadas ao desenvolvimento endógeno, estimulando as conexões locais e regionais na agricultura familiar.

O artigo encontra-se estruturado em três partes principais, além desta introdução. Inicialmente trama-se um debate entre questões teóricas do desenvolvimento endógeno e da agricultura familiar; na sequência um espaço dedicado ao aprofundamento das questões problematizadoras do tema agricultura familiar; já os resultados, com análises das principais linhas de ação adotadas pela extensão rural e seus respectivos modos de ver o desenvolvimento, ocorre em um terceiro momento do trabalho. E ao final, apresenta-se as considerações finais.



## **2 DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E AGRICULTURA FAMILIAR**

O conjunto de ideias voltadas a noção de desenvolvimento se baseia quase que na sua maioria, enquanto sinônimo de crescimento econômico. Entretanto, sabe-se que este paradigma vai muito além do contexto financeiro, estimulando debates complexos na qual dialogam com diversos campos do conhecimento. Ao pensar estratégias de desenvolvimento e seu desempenho na extensão rural, deve se levar em consideração todo o processo na qual a agricultura brasileira passou e como está hoje, do ponto de vista agrário e agrícola. Até hoje, quais foram os modelos de desenvolvimento implantados pelas entidades de extensão rural brasileira e quais os impactos que ela gerou? As estratégias atuais de desenvolvimento rural estão sensíveis as novas transformações da sociedade? Estes questionamentos irão nortear o artigo em questão.

A extensão rural brasileira, por meio das suas entidades de prestação de serviço, já experimentou um amplo leque de modelos de desenvolvimento voltados a agropecuária, traçando uma história que na maioria das vezes contribuiu, mas que por vezes desamparou as famílias do meio rural, principalmente quando apostou em importar modelos consagrados de outros locais e implantar *ipsis litteris* em uma realidade diferente da originária. Porém, o que mais impressiona é que, em alguns momentos, estes modelos afamados ainda seguem sendo transportados de uma realidade para outra sem levar em consideração aspectos do cenário local.

Alguns centros irradiadores de extensão rural ainda se equivocam ao querer implementar projetos de desenvolvimento desvinculados com a realidade de comunidades rurais. Essa forma de criar e executar projetos desassociados de uma base territorial acaba por comprometer políticas públicas e todo erário envolvido no processo, gerando frustração das famílias assistidas. Antes de pôr em prática qualquer projeto de desenvolvimento, deve-se realizar um estudo na qual busque identificar os elementos que constituem a realidade que se quer intervir, percebendo quais são as diferenças culturais existentes, de que forma são utilizados os recursos naturais e como



se dá a dinâmica das relações socioeconômicas. Em um segundo momento, já com a leitura da realidade em mãos, cabe arquitetar uma proposta de intervenção, identificando atores, mapeando potencialidades, elencando prioridades para daí sim construir as metas.

Ao falarmos em teorias do desenvolvimento, nos referimos tradicionalmente sobre um conjunto de meta teorias que moveram nações ou mesmo nortearam pesquisas acadêmicas a nível de mundo. Muitas dessas foram utilizadas como base filosófica para dar fundamento a estudos rurais, na qual a extensão rural faz parte. Dentre o conjunto de teorias sobre desenvolvimento que tratam do meio rural, Kageyama destacou três, sendo elas o Desenvolvimento Exógeno, o Desenvolvimento Endógeno e a relação entre os dois:

No campo dos estudos rurais, por exemplo, três enfoques podem ser identificados: o do desenvolvimento exógeno, o enfoque do desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois. No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais. Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões. (KAGEYAMA, 2004, p. 383).

O modelo de desenvolvimento endógeno tende a observar quais os possíveis pontos a serem trabalhados com vista à promoção do local, atuando de forma articulada com as comunidades inseridas no contexto. Para Barquero (2001), o desenvolvimento endógeno propõe-se a atender as necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Não se trata de barrar a relação com elementos externos ao processo que não seja diretamente o local, mas sim potencializar ao máximo as alternativas já existentes.

Muitas das contribuições do desenvolvimento endógeno se voltaram para a análise das relações existentes entre as empresas, a cultura local e a comunidade. Economia e sociedade estabelecendo uma agenda positiva com vistas a promoção do



sistema produtivo aliado ao bem-estar da comunidade local. Entretanto, como já destacado, pode-se utilizar esta teoria para pensar aspectos relacionados a agricultura familiar e seu contexto. Autores como Kageyama (2004), Borba, Gomes e Trujillo (2004), Schneider (2004), debateram o tema do desenvolvimento endógeno voltado a agricultura familiar no início dos anos 2000. Outros tantos autores partiram dos pressupostos do desenvolvimento endógeno e buscaram construir a ideia do desenvolvimento territorial voltado a agricultura familiar, como Abramovay (2009), Favareto (2010), Froehlich (2012).

Portanto, pode-se observar que a trajetória do conceito foi evoluindo e carregando consigo um conjunto de elementos dispostos de forma a explicar quais são os processos envoltos de experiências endógenas de desenvolvimento rural e de que forma podemos relacionar isto ao estudo da extensão rural. Este “caminho” na qual o conceito percorre e de que forma ele se situa na teoria, Pierre Bourdieu chamou de genealogia.

Neste texto não iremos entrar no debate teórico específico sobre desenvolvimento local e territorial, entretanto cabe ressaltar que esta discussão contribuiu consideravelmente para as análises acadêmicas. O debate sobre desenvolvimento territorial dialoga com vários campos do conhecimento das Ciências Humanas, como por exemplo a Geografia, tendo em Bernard Pecquer um dos expoentes na teoria. Segundo Pecquer (2005), o desenvolvimento territorial não pode ser implantado por decreto; permanece uma construção dos atores, mesmo que políticas públicas apropriadas possam estimular e mobilizar esses atores.

Este conjunto de teorias e discussões sobre desenvolvimento endógeno e territorial no âmbito do desenvolvimento rural tem o sentido de buscar compreender de que forma as relações sociais e econômicas se desdobram no cotidiano da agricultura familiar, levando em conta os aspectos culturais do território em questão. Um outro conceito que contribui para a discussão das relações existentes na agricultura familiar é a ideia de rede, na qual pode complementar conexões que porventura as teorias citadas não contemplam. Para Schmitt (2011), as abordagens que buscam se utilizar da noção de rede no estudo dos processos de desenvolvimento rural são sensíveis as dimensões materiais (ecológicas, tecnológicas, corpóreas).



Pensar o desenvolvimento local de forma dissociada do “externo” cria uma autonomia relativa, pois pode arquitetar uma falsa ideia de independência que pode não existir na realidade. De forma alguma podemos pensar desenvolvimento rural isoladamente, pois este processo deve ser dialogado com diversos segmentos envolvidos. Não se pode confundir potencialidades locais com isolamento local, negando influências externas. O reconhecimento e a valorização dos elementos presentes devem ser os principais motores de transformação de qualquer localidade. Para Barquero (2001), o desenvolvimento endógeno consiste em um enfoque territorial do desenvolvimento e do funcionamento do sistema produtivo.

A modernização da agricultura através da inserção de pacotes tecnológicos advindos de fora do meio em que convencionalmente se constitui o rural, acaba por influenciar de forma decisiva o cenário agropecuário em vários âmbitos, principalmente no que se refere à dependência econômica na qual os agricultores se submetem de forma direta. Esse modelo tem estreita relação com a ideia exógena de desenvolvimento.

A diferença reside em que enquanto para o desenvolvimento exógeno a *internalização* de novas tecnologias e novas tendências de mercado são as características predominantes, no desenvolvimento endógeno o distanciamento e a ativa *reconstrução* são os comportamentos que caracterizam suas relações com o mercado e o fornecimento de novas tecnologias. (BORBA et al, 2004, p.163).

Os modelos de desenvolvimento chamados de exógeno chegam, na maioria das vezes, fechados e empacotados, independente de área rural ou urbana. O processo de escolhas e de formato de modelos desenvolvimentistas não são realizados por um grupo amplo (diferente dos moldes de desenvolvimento endógeno), mas sim de um número reduzido de pessoas. Nesses projetos, o retorno nem sempre é gerado apenas para o local, pois se dão em uma esfera afastada de onde deveriam estar. Os interesses das corporações que atuam junto a locais em processo de desenvolvimento atentam, em primeiro plano, aos ganhos econômicos que poderão lhes servir, deixando de lado o comprometimento social para com a comunidade inserida. Isso ocorre porque, na lógica do desenvolvimento exógeno, o comprometimento é apenas mercantil.



Essa lógica acaba por criar um tensionamento para ambas as partes, a comunidade envolvida e o grupo coordenador. Um dos pontos basilares da lógica dos projetos endógenos de desenvolvimento se funda no fato de que o retorno esperado, seja ele social ou econômico, acaba por dinamizar de fato o local, fazendo com que se observe onde, como, e quem foram os atores envolvidos.

É importante ressaltar que o modelo endógeno está estritamente relacionado com as demandas e saberes locais, tendo em vista que toda forma de estratégia a ser implementada deve ter em sua esfera de atuação o amplo leque de diálogo com os setores diretamente envolvidos. Na ideia exógena de desenvolvimento os modelos são implantados “de fora”, sem apresentar consonância com o território. Barquero (2001), também faz algumas críticas ao modelo endógeno, na qual diz que o mesmo apresenta dificuldades de enfrentar as adversidades do mercado.

Percebe-se assim que o planejamento estratégico das entidades de extensão rural, realizado com vistas à promoção de um desenvolvimento endógeno, deve ter a função de servir como uma orientação a ser seguida e de forma alguma deve deixar de lado as reais condições e os saberes dos envolvidos. Se o planejamento não for esclarecedor, de nada adiantará tê-lo feito.

### **3 AGRICULTURA FAMILIAR**

O conceito de agricultura familiar remonta autores como Lamarche (1993), Eli da Veiga (2000) e Abramovay (2007). Tal conceituação foi fundamental para a consolidação de uma série de iniciativas do ponto de vista das políticas públicas no meio rural brasileiro, tendo em vista a importância que este público tem para o país, principalmente no que se refere à produção de alimentos e sua contribuição para a soberania alimentar.

O último censo agropecuário, realizado no ano de 2017, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apontou uma redução da agricultura familiar brasileira, ampliando ainda mais os índices da concentração fundiária. Este resultado é reflexo de um modelo de desenvolvimento conservador, na qual não contribui para a



democratização do acesso à terra, mantendo o *status quo* da agropecuária brasileira, baseada na exportação de *commodities*. Segundo pesquisas do IBGE, o agricultor familiar colabora de forma significativa para a produção de alimentos no país, colocando mais de 60% de alimento na mesa do brasileiro. No entanto, para que este importante público fosse reconhecido enquanto categoria social específica, foi necessário regulamentar e descrever suas particularidades, criando assim a lei 11.326/2006. A criação deste regulamento foi o resultado do reconhecimento da importância da agricultura familiar brasileira:

A Lei 11.326/2006, em seu artigo 3º, reconhece como agricultor familiar o produtor rural que não possua área superior a quatro módulos fiscais de extensão e que utilize mão-de-obra predominantemente familiar nas atividades econômicas do estabelecimento, retirando delas a sua renda principal e dirigindo-as com sua família. (BRASIL, 2010, p. 60).

A partir do reconhecimento enquanto categoria social, o Estado pôde criar um conjunto de políticas públicas voltadas a este segmento, evidenciando sua importância na produção de alimentos. Todas estas políticas contribuíram significativamente para um aumento da produção bem como uma melhora na qualidade de vida desta população, que apresenta diferenças entre si ao longo do país. A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada, pois carrega consigo um conjunto de elementos variando conforme a localização, a etnia e as raízes culturais, se mostrando complexa de analisar, principalmente quando a temática a ser considerada são as estratégias de articulação e as redes de desenvolvimento rural.

No âmbito histórico, o debate sobre a categoria *agricultor familiar* ganhou força durante a década de 1990, em substituição ao termo *pequeno produtor rural*, ressaltando que este termo ainda é utilizado de forma equivocada em vários setores. Podemos citar dois fatores principais que se referem à consolidação desta categoria social no âmbito das discussões do rural brasileiro. O primeiro diz respeito à luta política dos movimentos sociais rurais:

De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece ter sido encaminhada como uma nova categoria-síntese pelos movimentos sociais do campo, capitaneados pelo sindicalismo rural ligado à Contag (Confederação



Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Em meados dos anos de 1990, assistiu-se a uma verdadeira efervescência desses movimentos, que produziram inclusive formas de manifestação política que perduram até hoje, como é o caso dos eventos anuais em torno do “Grito da Terra”. Diante dos desafios que o sindicalismo rural enfrentava nesta época – impactos da abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação –, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais, como, por exemplo, assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais. (SCHNEIDER, 2003, p. 99).

O segundo fator se deu a partir dessa conjuntura de pressão popular, em que o governo federal criou o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), no ano de 1996. Esta política tem a função de atuar diretamente com o agricultor familiar, procurando atender suas demandas com relação a projetos de investimento e custeio para o plantio. Dessa forma, temas que anteriormente não estavam no centro das discussões passaram a ganhar relevância, como a discussão de alternativas de comercialização, a experimentação de formas de produção associadas, o estímulo à constituição de agroindústrias, o significado e implicações das escolhas tecnológicas, as dimensões ambientais da produção agrícola (MEDEIROS, 2001, p. 117).

Uma das principais particularidades desta agricultura é o trabalho realizado pela família, diferente de outros sistemas, onde a produção é realizada por mão de obra contratada. Desta forma, a agricultura familiar vem conseguindo se manter enquanto categoria social extremamente relevante, apresentando um significativo grau de importância na economia do país, carregando consigo determinadas características socioeconômicas diferenciadas, como fala Abramovay (2007):

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturarem-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e na qual a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante (ABRAMOVAY, 2007, P. 219)

Cabe ainda destacar o papel da academia como um terceiro elemento que contribuiu decisivamente para que o termo *agricultura familiar* se consolidasse enquanto categoria social. As reflexões realizadas pelos estudos em desenvolvimento e



extensão rural se somaram a visão dos movimentos sociais e a das políticas públicas no sentido de agregar e sustentar teoricamente as reflexões voltadas a esta discussão.

Conjuntamente com todo esse processo de construção do termo, podemos incluir a contribuição das entidades e dos atores envolvidos, que promovem a articulação de ideias, pessoas e políticas, tendo a compreensão de que a agricultura familiar é fundamental para “combater a fome, mitigar as mudanças climáticas e liderar as transições agroecológicas e alimentares” (SAUBORIN et al., 2025, p. 1).

#### **4 EXTENSÃO RURAL E PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO**

O conceito de desenvolvimento está presente de forma constante nos discursos das entidades que prestam o serviço oficial de extensão rural no país, passando uma ideia de que o sentido deste tipo de trabalho é buscar formas de chegar ao tão esperado “desenvolvimento”. O contexto na qual este conceito é utilizado pelas entidades pode ser de fato uma preocupação e um horizonte para a atuação ou meramente uma palavra solta sem conexão com a estratégia pensada.

Do ponto de vista institucional e legal, a missão da empresa de extensão rural pode ser um elemento relevante para a condução das ações. Em uma breve pesquisa exploratória nos sites das empresas oficiais de extensão rural dos estados da região sul e sudeste do país, pode-se observar a predominância do termo *Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS)* na missão dessas entidades, representando uma visão de desenvolvimento que dialoga, em tese, com questões relacionadas a sustentabilidade e tudo que porventura possa se relacionar com este termo. Este artigo não tem o intuito de debater sobre DRS, entretanto cabe destacar que a discussão em torno do desenvolvimento se faz presente de forma fulcral na extensão rural brasileira, como se pode observar no quadro abaixo:

**Quadro 01: Missão das entidades oficiais de ATER das regiões Sul e Sudeste:**

<b>Estado</b>	<b>Entidade</b>	<b>Missão</b>
---------------	-----------------	---------------



RS	EMATER	Promover o <b>Desenvolvimento Rural Sustentável</b> através da prestação de serviços de Assistência Técnica, Extensão Rural e Social, Classificação e Certificação, em benefício da sociedade do Rio Grande do Sul.
SC	EPAGRI	Promover o <b>desenvolvimento sustentável</b> e a inovação no espaço rural e pesqueiro.
PR	IDR	Tem como missão prestar serviço integrado de pesquisa e experimentação agrícola, de assistência técnica e extensão rural, de fomento no meio rural e de expansão da base de agroecologia para a produção de alimentos de alta qualidade de forma ágil e eficiente.
SP	CATI	Promover o <b>desenvolvimento rural sustentável</b> , por meio de programas e ações participativas com o envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas.
MG	EMATER	Promover o <b>desenvolvimento sustentável</b> , por meio de assistência técnica e extensão rural, assegurando a melhoria de qualidade de vida da sociedade mineira.
RJ	EMATER	Prestar serviço público gratuito de ATER para agricultores, suas famílias e organizações, prioritariamente Agricultores Familiares, potencializando processos produtivos, sociais e ambientais, de forma sustentável, em benefício da sociedade.
ES	INCAPER	Promover soluções tecnológicas e sociais por meio de ações integradas de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, visando ao <b>desenvolvimento</b> do Espírito Santo.

Fonte: Elaborado pelos autores

Cabe observar que estas entidades apresentam regimes jurídicos institucionais diferentes, e algumas atuam na pesquisa agropecuária, mas antes de tudo são as prestadoras oficiais do serviço de extensão rural dos seus estados. Também é importante salientar que o termo DRS está contido na missão da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), servindo de orientação para as entidades do país:

Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável,



centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade (MDA, 2004, p. 9).

As diretrizes da extensão rural pública executada a nível nacional variam não só conforme a entidade na qual ela está vinculada, mas também através de interferências internas, que podem influenciar de forma decisiva a operacionalidade das ações. Ela pode sofrer influências decorrentes da linha política seguida pelos gestores da entidade, ou ainda pode ser influenciada por determinada chamada pública, ou pode ser influenciada por demandas locais e regionais, através de atores e agentes de desenvolvimento, pode ser influenciada pela visão dos próprios extensionistas, e pelas próprias famílias rurais e suas capacidades de agência.

O resultado deste imbróglio, que vai desde o pensar até a execução propriamente dita, resulta em uma determinada linha de atuação, na qual carrega consigo um conjunto de métodos e técnicas que conduzem e orientam o trabalho na “ponta”, na qual é desenvolvido pela figura do extensionista rural de campo. No presente artigo, considerou-se o trabalho realizado pela extensão rural dividido de três formas, podendo ser Vertical, Horizontal ou Transversal, seguido de qual visão de desenvolvimento pode se encaixar, conforme o quadro abaixo:

A linha de ação Vertical é pautada exclusivamente pelo cumprimento obrigatório do que é imposto pelas regras de trabalho da entidade, encarando o processo de forma burocrática e legalista. Seu compromisso é executar as chamadas públicas e realizar as tarefas cotidianas sem maiores reflexões sobre a complexidade das relações sociais e sobre o processo de assistência técnica e extensão rural. A relação com as famílias assistidas e com os agentes locais pode vir a ser meramente utilitarista. Nesta linha de ação podemos encontrar, por vezes, práticas vinculadas ao chamado difusionismo na extensão rural, na qual remonta métodos utilizados durante o período da chamada revolução verde. O foco do trabalho é o cumprimento das metas colocadas e não o desenvolvimento das famílias.

**Quadro 02: Síntese das linhas de ação e da visão de desenvolvimento:**



<b>Linha de Ação</b>	<b>Modus Operandi</b>	<b>Condução do Trabalho</b>	<b>Visão de Desenvolvimento</b>
Vertical	Leva a cabo a Missão, a Visão e os Valores da instituição na qual representa.	O trabalho é conduzido de forma oficial, cumprindo as obrigações institucionais e legais do serviço oficial de extensão rural.	Institucional
Horizontal	Leva em conta a relação de reciprocidade com as famílias.	O trabalho cumpre com todas as obrigações legais e é reconhecido pelas famílias, apresentando um vínculo de amizade e respeito.	Pautado na reciprocidade
Transversal	Opera de forma articulada com os atores de desenvolvimento regional, indo além das diretrizes institucionais.	Busca transformar a realidade, pautado na articulação com atores, fomentando organizações estimulando a capacidade de agência as famílias, transformando o extensionista em um agente de transformação no meio rural.	Desenvolvimento rural endógeno

Fonte: Elaborado pelos autores

Já na linha de trabalho considerada Horizontal tem-se por base a reciprocidade das relações entre o extensionista e as famílias. Existe um grande vínculo de amizade e respeito que possibilita a troca de conhecimentos entre os envolvidos. O trabalho está voltado para o desenvolvimento social, ambiental e econômico das famílias, buscando resolver as demandas de forma individual e não coletiva. Pode-se dizer que a assistência técnica é realizada de forma correta, respondendo a todas as solicitações prontamente.

A terceira linha de ação, denominada Transversal, tem forte ligação com grupos que historicamente ficaram a margem dos processos de intervenção extensionista, pois seu comprometimento é com todo o público do meio rural, sabendo que para poder contribuir com o desenvolvimento rural endógeno se faz necessário trabalhar de forma



equivalente. Esta linha busca articular a assistência técnica e a extensão rural com sindicatos de trabalhadores rurais, associações, cooperativas, grupos de mulheres, ONGs, instituições educacionais, conselhos municipais e regionais, comitês, instituições financeiras, câmaras, governanças, entre outros, pois busca através da articulação, construir ações de base, voltadas ao empoderamento dos indivíduos e dos grupos, ressignificando o papel do agente público e criando condições para a existência da cidadania no meio rural.

É importante ressaltar que as linhas Horizontal e Transversal cumprem igualmente as obrigações legais e as metas instituídas pela empresa, entretanto conseguem avançar e ir além da burocracia institucional básica. Portanto, cabe destacar que a linha chamada neste artigo de Transversal é a linha que mais se aproxima dos pressupostos de um processo de desenvolvimento endógeno, pois, segundo Barquero, está pautada por três dimensões que identificam tal condição:

Pelo menos três dimensões podem ser identificadas nos processos de desenvolvimento endógeno: uma econômica, caracterizada por um sistema específico de produção capaz de assegurar aos empresários locais o uso eficiente dos fatores produtivos e a melhoria dos níveis de produtividade para lhes garantir a competitividade; uma outra sociocultural, na qual os atores econômicos e sociais se integram às instituições locais e formam um denso sistema de relações, que incorpora os valores da sociedade ao processo de desenvolvimento; e uma terceira, que é política e se materializa em iniciativas locais, possibilitando a criação de um entorno local que incentiva a produção e favorece o desenvolvimento sustentável (BARQUERO, 2001, p. 42).

As três dimensões que o autor muito bem destacou representam a síntese do que versa o desenvolvimento endógeno, de forma que se pode relacionar com a visão chamada de Transversal na extensão rural. Uma extensão rural comprometida tem muito a contribuir com esta forma de desenvolvimento no meio rural, pois está diretamente em contato com as comunidades, compreendendo seus anseios, seus valores, e seu modo de vida.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo buscou discutir aspectos teóricos relacionados a extensão rural



executada pelas entidades estaduais de assistência técnica e suas contribuições no sentido de criar condições para fomentar ações voltadas ao desenvolvimento endógeno. Tratar sobre tais temas é fundamental para buscar avançar na construção de uma extensão rural pública e comprometida com os anseios das famílias rurais e da sociedade.

As instituições oficiais de extensão rural brasileiras são comprometidas em grande medida com as diretrizes institucionais da PNATER, buscando executar o trabalho através da melhor forma, mesmo com a diminuição drástica das chamadas públicas federais. Infelizmente no dia a dia da extensão rural o debate sobre modelos de desenvolvimento acaba por ficar em segundo plano, constando apenas em documentos institucionais. Criar espaços de debate sobre este tema é de fundamental importância dentro das entidades que almejam propiciar uma formação completa aos extensionistas rurais. E especificamente se referindo a agricultura familiar, apesar de sua importância, a mesma continua enfrentando múltiplos desafios estruturais, econômicos e políticos.

Por fim, identifica-se que a extensão rural deve ter o comprometimento com o desenvolvimento social, econômico, ambiental e tecnológico da agricultura familiar, a fim de que se possam atingir níveis satisfatórios de processos de desenvolvimento. A mesma, carrega consigo um grande potencial, capaz de estimular a transformação de comunidades rurais, principalmente quando tem a compreensão do seu importante papel. Quanto mais aproximada ela for da linha transversal de ação, maior contribuição ela dará ao desenvolvimento endógeno das regiões assistidas.

## **6 REFERÊNCIAS**

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009.

BARQUERO, A.V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2001.

BORBA, M. F.; GOMES, J. C.; TRUJILLO, R. G. Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais. In.: PORTO, V. H.; C. (Ed.). **Agricultor familiar: sujeito de um novo método de pesquisa, o participativo**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.



BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil. Brasília, 2010

Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI. **Quem Somos**. Disponível em: <<https://www.cati.sp.gov.br/portal/institucional/quem-somos>>. Acesso em 26 jun. 2025.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater–MG. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.emater.mg.gov.br/quem-somos>>. Acesso em 18 abr 2025.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Paraná - EMATER -PR. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/quem-somos>>. Acesso em 15 maio 2025.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER RJ. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.emater.rj.gov.br/quem-somos>>. Acesso em 20 maio 2025.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul - EMATER RS. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/quem-somos>>. Acesso em 15 maio 2025.

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – Epagri. **Quem Somos**. Disponível em: <<https://www.epagri.sc.gov.br/quem-somos>>. Acesso em 18 maio 2025.

FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural-mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010.

FROEHLICH, J. **Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo**. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

HAAS, J. M.; BOLTER, J. A. G. . Os diferentes formatos organizacionais da assistência técnica voltada a produção de arroz: Analisando Brasil e Espanha. In: Gomes, A. K; et all.. (Org.). **Administração Rural**. 1ed. Belo Horizonte: Poisson, 2019, v. 3, p. 75-86.

HAAS, J. M.; BOLTER, J. A. G. **Indicações Geográficas como Estratégias de Desenvolvimento Regional: o Caso da Primeira Denominação de Origem no Brasil**. Inovação, Gestão e Sustentabilidade 2. 1ed.: Atena Editora, 2019, v. , p. 261-272.

HAAS, J. M; RAMBO, A. G. ; BOLTER, J. A. G. **Os Núcleos de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) enquanto mecanismos de desenvolvimento regional: algumas considerações**. COLÓQUIO (TAQUARA), v. 16, p. 185-205, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural-INCAPER. **Quem Somos**. Disponível em: <<https://incaper.es.gov.br/quem-somos>>. Acesso em 18 maio



2020.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: Conceito e Medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-409, set./dez. 2004

KÖNIG, S. T; HAAS, J. M; BOLTER, J. A. G. Organizações e instituições frente aos processos de desenvolvimento rural brasileiro . In: Lopes, Arleson Eduardo Monte Palma; Castro, Auristela Correa (Orgs.). **Economia, administração e sociologia rural: tópicos atuais em pesquisa [recurso eletrônico]**, Guarujá-SP: Científica Digital, 2023.

MACIEL, C. A. da R.; BOLTER, J. A. G; HAAS, J. M. **Gestão social em colegiados de desenvolvimento territorial : a experiência do Vale do Caí**. In: Contribuciones a las Ciencias Sociales, [Torremolinos, España] Vol. 16, n. 9 (2023).

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. MDA/SAF/Dater. 2004.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul**. Raízes, v. 24, n.1 e 2, 2005.

SAUBORIN, E.; SCHNEIDER, S.; LOZANO, Y.; GOULET, F.; GRISA, C.; VISCAY, L. E SOURISSEAU, J. **A importância estratégica da Agricultura Familiar para alimentar o mundo e preservar o planeta**. Le Monde Diplomatique Brasil. 23 jun. 2025. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-importancia-estrategica-da-agricultura-familiar-para-alimentar-o-mundo-e-preservar-o-planeta/>>. Acesso em: 26 jun.2025.

SCHMITT, C. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. **Sociologias**, Porto Alegre, 13 (27): 82-112, mai./ago. 2011.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 6, n. 11, p. 88-125, jan-jun, 2004.